

# **Terceira Idade**

## **Um Outro Olhar**

### **Tema – Envelhecimento demográfico**

Doutoramento em Serviço Social – 1º. Ano – 1º. Semestre

Unidade Curricular – Problemas Sociais Contemporâneos

Docente – Professora Doutora Isabel Oliveira

Aluno: Miguel Bento

Nº. 36798

## **Resumo**

O presente artigo correlaciona a questão do envelhecimento demográfico com os sistemas de protecção social no ocidente, procurando fazer uma análise da proposta defendida por José Manuel Nazareth, que preconiza uma mudança de paradigma da terceira idade tendo por base as modificações feitas pela ONU nos escalonamentos etários, e onde este grupo surge subdividido em três: reforma precoce (65-74 anos), reforma tardia (75 – 85 anos) e velhice (85 + anos).

**Palavras-chave:** Envelhecimento, demografia, protecção social

## 1 - Envelhecimento demográfico – Um olhar transversal

“ O envelhecimento demográfico é consequência da modificação da estrutura etária da população. Podemos falar de envelhecimento de topo quando observamos um aumento relativo da população idosa no topo da pirâmide, e de envelhecimento de base quando se observa uma descida relativa da população jovem na base da pirâmide. Pela redução do nível de mortalidade aumenta a esperança de vida e, desta forma, aumentam os efectivos no topo da pirâmide; pela redução da natalidade, diminui o número de nascimentos e, por isso, diminuem os efectivos na base.”

(Fernandes, 1997: 31)

Da análise feita ao excerto resulta que falar de envelhecimento, é falar, antes de mais, de uma questão demográfica. A raça humana atingiu os mil milhões de habitantes no início do séc. XX; os dois mil milhões por volta de 1925; os três mil milhões em 1959; os quatro milhões em 1974; os cinco mil milhões em 1986; os seis mil milhões em 2000, prevendo-se que em 2011/2012 a população mundial atinja os sete mil milhões, apresentando assim um crescimento mais ou menos contínuo de mil milhões por década, como resultado, principalmente da queda alucinante da mortalidade infantil e o aumento da longevidade. (Oliveira, 2008).

Existem portanto dois tipos de envelhecimento: o da base, que se caracteriza pela diminuição da percentagem de crianças e jovens; e do topo, que resulta do aumento significativo do número de idosos. No decorrer de um século, nos países desenvolvidos a percentagem de jovens passou de 45% para 15%, enquanto os idosos com mais de 65 anos passaram de 5% para quase 20%, prevendo-se que em 2050 esta situação se agrave ainda mais com uma percentagem de 15% de jovens para mais de 25% de idosos. Em 1975 cerca de 350 milhões de seres humanos tinham mais de 65 anos, para, e no ano 2000, esse número rondar já os 600 milhões, prevendo-se mil milhões para o presente ano de 2010. (Oliveira, 2008).

Segundo a OMS - Organização Mundial de Saúde, a expectativa de vida era a nível mundial de 66 anos há cerca de dez anos a esta parte, prevendo-se que daqui a apenas quinze anos, portanto em 1925, se cifre nos 73 anos.

Quanto a Portugal, em 1960 a população idosa representava cerca de 8%, quando, e continuando a ter-se como referencial os 65 e mais anos, em 1975 esse valor

era já de 12% para se situar nos 16,4% em 2004. Deste modo, mais de um milhão de portugueses já está para além dos 65 anos, prevendo-se nos meados da década de vinte deste século os idosos possam reaperresentar cerca de 18% da população total, enquanto, e em paralelo, a população jovem andará por uns preocupantes 16% do total populacional. (Oliveira, 2008).

Este envelhecimento da população, tem, e na versão de Fontaine (2000), duas causas principais, e de que certo modo são transversais às sociedades ocidentais, não só do ponto de vista geográfico, mas sobretudo da concepção de vida que os diferentes povos fazem nas sociedades desenvolvidas. Uma primeira relacionada com a diminuição drástica da natalidade devido ao uso generalizado de métodos contraceptivos e as várias condições sociais, políticas e culturais adversas à natalidade, como seja a penetração do mercado de trabalho conseguida pela mulher desde o pós segunda guerra mundial, e também um determinada ideia de bem-estar e felicidade, muito associada ao consumo e que relega para segundo plano a procriação e alguma subalternidade de sentimentos como maternidade e paternidade. Para o referido autor, uma segunda razão, está relacionada com o controle de muitas doenças, em particular das infecto – contagiosas, com uma consequência directa na taxa de mortalidade.

Este envelhecimento demográfico é assim algo que nos devemos orgulhar, na relação directa com o que ele representa em termos de progressos na medicina, nas condições de higiene e salubridade das habitações ou na capacidade de produção e distribuição de alimentos, em suma, no que ele traduz de progressos que a civilização humana conseguiu nas últimas décadas. Mas em sentido oposto, é igualmente um aspecto que nos deve deixar preocupados, não só em termos do que representa, e em última análise, a longo prazo, em termos de sobrevivência equilibrada da própria humanidade, mas também do modo como se pode inverter esta tendência que apresenta aspectos altamente preocupantes, em áreas como por exemplo, a protecção dos mais jovens e velhos, ou ainda a nível da desestruturação da estrutura familiar.

Esta é no entanto, e para já, a realidade ocidental que segundo Nazareth (2009: 123), representa apenas 19 da população mundial, e onde este autor coloca os países da Europa e América do Norte e ainda a Austrália, Japão e Nova Zelândia. O quadro que a seguir se apresenta é de certo modo ilustrativo de duas realidades ainda distintas e nalguns pontos opostas, embora e segundo este autor, o mundo dito não desenvolvido,

no quadro apresentado como Bloco 2 , caminhe a passos largos para uma situação de estagnação demográfica. A comprová-lo, a tendência de alguns indicadores como seja a taxa bruta de natalidade que por exemplo em 1970 era de 47 em África e 38 na América Latina, para em 2007, se situar, respectivamente nos 38 e 21, valores que de certo modo se compreendem quando se analisa o Índice Sintético de Fecundidade, que em 1970 era de 6,8 para África e de 5,5 para a América Latina, para em 2007 ser 5,0 e 2,5, respectivamente. (Nazareth, 2009).

Blocos	Regiões Países	População (em milhões)	RNB (Rendimento Nacional Bruto- Per cápita)	Km2 (em milhões)	Esperança de vida	Índ. de fecundi- dade	% Pop. Jovem Pop. Idosa	(por mil hab.) mortalid- ade Infantil
Bloco 1	- Europa -América Norte - Austrália - Japão - Nova Zelândia	1 202 (19% da pop. mundial)	22030 Dólares	55 281	H- 73 M- 80	1,6	- Jov. 17% - Ids – 16%	57
Bloco 2	- Países em desenvolvimento	5 404 (81 % da pop. mundial)	5480 Dólares	78 761	H-64 M-67	2,9	-Jov – 31% -Ids-6%	6

Adaptado de Nazareth,( 2009), com dados de 2007

## 2 – Oportunidades e desafios do envelhecimento

Uma análise genérica desta situação nos países desenvolvidos, grupo onde Portugal se encontra, pelo menos no estrito significado do envelhecimento demográfico e que de certo modo atesta um comportamento populacional que em paralelo é comprovativo de um certo padrão civilizacional, fortemente ocidentalizado, poderemos afirmar que esta é uma situação que desencadeia problemas a diferentes níveis: desde logo a nível económico, com o aumento contínuo de reformados e a redução de activos, havendo menos receitas para os cofres do Estado. No plano social haverá uma maior necessidade de infra-estruturas e respostas sociais adequadas, como seja lares, o mesmo acontecendo no que toca aos cuidados de saúde, onde o envelhecimento demográfico desencadeia mais necessidades com maiores gastos em tratamentos, em particular dos problemas de saúde associados aquilo alguns já denominam como a quarta – geração, ou seja os idosos de idade já muito avançada, (85 + anos), que pelo facto de terem vivido numa situação de abundância em termos de recursos, em particular de recursos alimentares e possibilidades de acesso, desenvolvem na fase final da sua existência

doenças, como a diabetes ou as hipertensão, elas próprias a exigirem cuidados e respostas cada vez mais sofisticadas e em maior número.

Em contrapartida, o envelhecimento demográfico está igualmente a afirmar novas oportunidades de desenvolvimento societário, sobretudo nos domínios do trabalho voluntário, com tudo o que este representa em termos de suporte social alternativo a estruturas que entretanto desapareceram ou se reconfiguraram, como é o caso da família, que passando de nuclear para alargada, fez com muitas das suas funções, em particular as relacionadas com a protecção e guarda dos mais frágeis, nomeadamente as crianças, os doentes e muitos idosos, possam agora ser substituídas por grupos que vão readquirindo novos papéis sociais e funções.

Por outro lado, o envelhecimento demográfico associado a um generalizado aumento do nível de vida que em média ocorreu nas sociedades ocidentais nas últimas seis décadas, facto a que não será estranho aquilo que ainda hoje resta do essencial dos Estados Providência, em particular na Europa, onde o risco social da velhice, a par de outros como o desemprego ou a doença, foi no pós segunda guerra mundial atenuado pela provisão pública, (e também privada nos últimos anos com base em esquemas de que os Planos de Poupança Reforma portugueses serão um exemplo), fazem com que novas fontes de rendimento, em particular no sector turístico, se tenham desenvolvido, girando em trono de um escalão etário, a terceira idade, onde e meramente a título de exemplo, o denominado Turismo Sénior representa hoje uma das fatias mais significativas das receitas turísticas no ocidente.

O problema do envelhecimento, sendo essencialmente de cariz demográfico, e nalguns casos extremos como será a situação de alguns países da Europa (Ex. países Bálticos), a exigir que sejam tomadas medidas de inversão sob pena de grandes desequilíbrios a médio prazo se verificarem, passa sobretudo, por uma concepção de vida em que o ter filhos deixou de ser uma prioridade. Para Nazareth (2009) que parte da teoria que na actualidade a questão do envelhecimento demográfico no ocidente se deve muito mais à natalidade, já que se a “mortalidade, tendo chegado de certa forma, quase ao limite das possibilidades actuais, faz com que seja a evolução da natalidade a comandar a dinâmica natural da população”(Nazareth, 2009 : 127), importa reflectir os conceitos de fecundidade / natalidade a partir da perspectiva de que a “criança deixou de ter valor económico e passou a ser um custo, a família isola-se em relação à comunidade

e a família extensa, a promoção na carreira parece ser incompatível com uma descendência numerosa, ao existir uma crescente autonomia entre vida fecunda e vida familiar emerge o género e o individualismo” (Nazareth , 2009 : 126).

Para este autor, e enquanto acrescenta a ideia de que a diferença entre cada mulher ter três ou dois filhos, pode representar, tão somente a possibilidade das populações crescerem moderadamente ou entrarem em declínio, refere igualmente que outra variável a ter em conta é a das migrações, que naturalmente tenderão a “aumentar em todos os países do mundo, atenuando os níveis de «envelhecimento no topo» nos países de acolhimento e agravando os seus níveis nos países que são predominantemente de emigração, (Nazareth, 2009: 128).

De qualquer modo o mesmo autor salienta que sendo sempre uma incerteza, os fluxos migratórios tenderão a deslocalizar-se para as potências emergentes, naquilo que designa como “novas centralidades económicas” (Nazareth, 2009: 143), e que passarão pelo “centro chinês”, (China, Hong Kong, Taiwan, Singapura, Tailândia e Coreia; pelo “centro indiano”, com a consolidação de “um conjunto de pólos metropolitanos” (Nazareth 2009: 143), na Índia; e ainda pelo “centro turco”, sobretudo no que este enorme país representa em termos de ligação ao denominado “mundo turco” do Cáucaso e Ásia Central, região com enormes potenciais a nível energético.

Para Nazareth, este acentuar do envelhecimento populacional aliado a já considerável desenvolvimento de países, com destaque para os denominado BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), fará com que as próprias políticas de protecção social sofram profundas alterações, sendo previsível que num futuro imediato, “os países desenvolvidos irão centrar as suas atenções na inovação, na valorização do capital humano e na sustentabilidade financeira dos atuais sistemas de saúde e pensões; os países não desenvolvidos irão centrar as suas atenções na instalação de sistemas de protecção social”(Nazareth, 2009 : 144).

O envelhecimento demográfico coloca assim aos países desenvolvidos o desafio de manter sustentados os seus sistemas de protecção social, estruturados na segunda metade do séc. XX, e que tiveram como modelo, embora com algumas nuances de país para país, o Relatório Beveridge, elaborado pelo Lorde inglês, Sir William Beveridge, numa tentativa, bem-sucedida, do Ocidente proporcionar aos seus cidadãos uma patamar de bem – estar até então nunca conseguido. Esse sistema de protecção, que deu lugar ao

denominado Welfare State, de cariz universalista, assentou em três pilares fundamentais: num Serviço Nacional de Saúde, num Sistema de Segurança Social que entre outros riscos protegia os cidadãos no desemprego e ainda num Sistema de Pensões. A lógica de financiamento do modelo partiu da ideia de pleno emprego, e sobretudo na relação altamente favorável entre activos e inactivos, nomeadamente no momento da sua implantação nos países do centro e norte da Europa.

Para Nazareth se face ao envelhecimento demográfico os diferentes estados muito pouco poderão fazer, na medida em que tal resulta fundamentalmente da relação entre o alargamento no topo e a diminuição na base, resultado respectivamente dos avanços civilizacionais a diversos níveis, em particular na medicina, e por outro, na profunda concepção cultural da pós – modernidade em que a procriação deixou de ser uma prioridade, face ao perigo de colapso do Welfare State ocidental impõem-se medidas diferentes daquelas que até agora têm sido adoptadas, e que na opinião deste autor são apenas “soluções pontuais que não resolvem, a longo prazo, o fundo do problema”. (Nazaeth, 2009: 171), referindo-se em concreto às duas “soluções” clássicas, e que como é conhecido passam quase invariavelmente pela diminuição do montante das pensões e por outro, pelo aumento da idade de reforma.

O autor, que, refira-se, é talvez o mais credenciado demógrafo do nosso país, avança com uma solução que se se pode considerar de inovadora, embora com implicações noutros domínios que o mesmo não considera, como seja o impacto da medida nos níveis de produtividade dos diferentes países e isto, porque a proposta avançada, que o próprio apelida de mudança de paradigma, passaria por uma alteração profunda do conceito de terceira idade do ponto de vista do seu escalonamento etário, e com consequentes impactos no mundo do trabalho e nos sistemas de protecção.

Esta mudança de paradigma é construída a partir da alteração que as Nações Unidas fizeram no início do séc. XXI sobre esta matéria, com uma mudança significativa dos escalões etários, com o “grupo dos jovens (0-14 anos) a subdividir-se em bebés (0 – 4 anos) e crianças (5-14 anos)”; “o grupo dos potencialmente activos (15 – 64 anos) subdivide-se em adolescentes (15-19 anos), jovens (20 – 24 anos), jovens activos (25 – 44 anos) e velhos activos (45 – 65 anos)”. “ O grupo da terceira idade (65 + anos) subdivide-se: Reforma precoce (65 – 74 anos), Reforma Tardia (75 – 85 anos) e Velhice (85 + anos) ” (Nazareth, 2009 : 174).



Explica o autor que este reescalonamento não diz respeito exclusivamente à terceira idade, na medida em que são todos os outros grupos que são alterados, explicando que “não se trata de relacionar a população potencialmente activa com o grupo da terceira idade, mas relativizar o valor destes conceitos estatísticos que têm possibilitado a construção de cenários catastróficos e de notícias sensacionalistas que criam falsas expectativas, deformam a opinião pública e dificultam a introdução de reformas políticas indispensáveis” (Nazareth, 2009 : 174).

De facto, e pese embora as resistências que esta proposta possa vir a encontrar, importa reflectir com cuidado na mesma, porque de certo modo ela pode ser a “pedrada no charco” face a uma inevitabilidade e a uma necessidade: a inevitabilidade do envelhecimento demográfico e a consequente necessidade de reconfigurar os sistemas de protecção social.

A questão central passar então por assumir que o grupo dos 65 e mais anos, é em si mesmo bastante heterogéneo, não podendo deste modo ser tratado como um todo como até agora tem acontecido o que de certo modo justifica o “cenário catastrófico, que só existe devido a uma decisão de considerar velhas todas as pessoas que têm mais de 65 anos” , adiantando o autor de seguida, que “a problemática da sustentabilidade das pensões de reforma encontra seguramente formas de resolução a curto e médio prazo nas medidas que têm sido tomadas, mas, a longo prazo, é na diminuição da amplitude do grupo de «falsos velhos» que se encontrará a solução” (Nazareth, 2009 : 175).

Objectivamente e como forma de justificar o desequilíbrio já existente, e que se tenderá a agravar face aos cenários de envelhecimento demográfico, e que passa por um cada vez maior desequilíbrio entre os activos e não activos, o autor defende uma saída mais tardia do mercado de trabalho, e deduz-se de soluções alternativas para os sub-escalões de Reforma Precoce e Reforma Tardia, eventualmente a permanência parcial no mundo do trabalho até mais tarde, comparativamente com o que agora acontece, o que tenderá para uma gradual extinção do conceito de “terceira idade” tal como agora o apreendemos, muito “pensado em parâmetros clássicos que resultam da projecção de tendências do passado de agrupamentos estatísticos que perderam o seu significado económico e social”. (Nazareth, 2009 : 178).

Esta mudança de paradigma, que não solucionando o problema do envelhecimento demográfico, nomeadamente no ocidente, permitirá ultrapassar o

anunciado esgotamento dos sistemas públicos de provisão social, encaixa de certo modo nas preocupações de organismos internacionais como é o caso da OIT – Organização Mundial do Trabalho, quando reunida em Madrid (Abril de 2002), preconizou a necessidade de um reordenamento das sociedades ocidentais tendo em vista a inclusão dos idosos, grupo que no nosso país, e mesmo em diferentes pontos do ocidente, apresenta ainda sinais de vulnerabilidade e pobreza preocupantes, o que no entender daquele organismo passa por uma revitalização geracional em que não pode prescindir, “cada vez mais da participação activa das pessoas idosas.”.

Esse tipo de preocupações das estruturas supra nacionais tem sido aos poucos introduzido nas políticas domésticas de cada país, não só com base numa preocupação inclusiva de alguns segmentos da população idosa, mas também como resposta às dificuldades orçamentais dos sistemas de protecção social de cada país. No caso português, o Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006 – 2008, define como prioridade política, a necessidade de serem desenvolvidos esforços tendentes ao combate da pobreza e exclusão dos idosos, por diversas vias, nomeadamente pela realização sócio – profissional das pessoas que atingiram o grupo estatisticamente definido como idosos (65 e mais anos).

Na citada cimeira de Madrid, os Governos elaboraram um documento, sob a forma de Resolução Final, denominado Plano Internacional de Acção para o Envelhecimento, que no seu artº. 12º. aponta para a importância das pessoas idosas terem “oportunidade para trabalharem durante o tempo que assim o desejarem e que se sintam aptas para , em trabalho produtivo e satisfatório, continuando a aceder à educação e a programas de formação . O empowerment das pessoas idosas e promoção da sua total participação, são elementos essenciais para o envelhecimento activo”. (Cruz, 2008: 14,15).

Assim a União Europeia tem procurado incentivar este conceito de envelhecimento activo, que segundo a OMS se traduz como um “processo de optimização das oportunidades para a saúde, participação e segurança no sentido de reforçar a qualidade de vida á medida que as pessoas forem envelhecendo”. Este conceito começa agora também a considerar a dimensão socioprofissional dos idosos ao ter em conta um “aumentar/prolongar a participação das pessoas no emprego e proceder a uma modernização dos sistemas de protecção social” (Cruz, 2008: 15), também como

numa resposta aos impactos do envelhecimento demográfico nos sistemas de provisão social, que nalguns casos levou já a reconsiderar a possibilidade de continuar com o modelo de *Welfare*, pelo menos nos moldes em que o mesmo foi concebido e se desenvolveu nos “gloriosos trinta anos do pós – guerra”.

De facto, este é um tema actual em todo o Ocidente em particular nas economias com maiores dificuldades como é o caso da portuguesa, onde a universalização de direitos está a ser progressivamente posta em causa com a introdução de mecanismos de seriação, de que a conhecida “condição de recursos”, é apenas um dos mais conhecidos. Noutros países, como é o caso de França, há muito que a denominada crise do Estado Providência, sobretudo desde o início dos anos oitenta, levou a uma reestruturação profunda do sistema público de protecção, e que naquele caso assentou numa territorialização, por via de uma diluição dos poderes centrais nas estruturas regionais e locais em matéria de protecção social, o que de certo modo relegou para segundo plano o conceito de universalidade, que a par do de gratuitidade, sustentaram durante muitos anos aquilo que Branco (1993) denomina como uma “provisão central niveladora”.

Para Nazareth, este tipo de medidas apenas tenderão a retardar o problema do envelhecimento demográfico, sendo agora necessário alterar o paradigma por via de transformação do conceito de terceira idade, “centrada no esforço de manter as pessoas o mais tempo possível no mercado de trabalho na tentativa de enfrentar o desafio das rápidas alterações demográficas” (Cruz, 2008 : 15).

Esta tendência parece querer traduzir-se na realidade portuguesa, já que a “A taxa de emprego a nível nacional das pessoas com idades entre os 45 – 4 anos e com mais de 65 anos tem vindo a aumentar neste últimos anos” e a “média de saída do mercado de trabalho foi de 63,1 anos em 2005, sendo ligeiramente superior à média europeia que foi de 60,7 anos”. (Cruz, 2008: 15).

Por muitos méritos que esta solução preconizada por Nazareth apresente, ela no entanto é sinónimo de um certo retrocesso civilizacional, ao fazer com que as pessoas deixem de chegar à terceira idade com possibilidades de usufruir de um conjunto de benefício que os progressos das respectivas sociedades proporcionaram. Por outro lado, esta solução para o anunciado colapso dos sistemas públicos de protecção social, centra-se em exclusivo, talvez por força da formação científica do autor, no reconfigurar do conceito de terceira idade, sem levar em linha de conta outras variáveis mais

consentâneas com o primado da justiça social e da solidariedade que deveria presidir às sociedades democráticas, como seja o da alteração dos sistemas fiscais ou da necessidade de um maior controle sobre os ditos mercados, (de trabalho e outros), paralelos e/ou subterrâneos.

Aceita-se no entanto o desafio de repensar o conceito de terceira idade, enquanto contributo, a par de outros, para a solução do Welfare State. O aumento generalizado da esperança média e vida quase que obriga a recentrar esta questão. No entanto e se é um facto que hoje se vive mais, também é verdade que o sub – escalão etário da velhice (85 + anos), é que aquele que, em regra, apresenta maior sofrimento e perda de autonomia, fazendo com que vivendo-se hoje mais tempo, também se viva com menos qualidade de vida. Não será justo obrigar os idosos das gerações futuras a arrastar-se, nalguns casos penosamente, pelo mundo do trabalho até mais tarde, para depois, na recta final das suas vidas não poderem ser recompensados pelo muito que já contribuíram para a construção das suas sociedades. E não será justo apenas por uma preocupação humanitária. Não será justo porque certamente existem outras soluções.

**Branco**, Francisco (1993), Crise do Estado Providência, universalidade e cidadania: um programa de investigação e acção para o Serviço Social, Revista Intervenção Social, Nº. 8, Lisboa, Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa;

**Cruz**, Paula (2008), Envelhecer Activamente, artigo, Revista Rediteia, Nº. 41, Porto, Rede Europeia Anti-Pobreza - Portugal;

**Fernandes**, Ana Alexandra (1997), Velhice e Sociedade: Demografia e Políticas Sociais em Portugal, Oeiras, Celta Editora

**Fonseca**, António Manuel (2004), Desenvolvimento humano e envelhecimento, Colecção Manuais Universitários, Lisboa, Climepsi Editores

**Fontaine**, Roger (2000), Psicologia do Envelhecimento, Lisboa, Climepsi Editores

**Nazareth**, José Manuel (2009), Crescer e Envelhecer: Constrangimentos e oportunidades do envelhecimento demográfico, Lisboa, Editorial Presença

**Oliveira**, José Barros de (2008) Psicologia do Envelhecimento e do Idoso, Lisboa, Licpsic-Psicologia, (3º. Edição);